

A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO «GARANTE A HEGEMONIA DA LINHA DA INTERSINDICAL» — afirmam as direcções de dois sindicatos

As direcções dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e dos Trabalhadores dos Escritórios de Lisboa, subscritores da «Carta Aberta», recusaram participar na Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos, para que tinham sido eleitos.

A posição destes Sindicatos da linha P. S. foi transmitida ontem, aos restantes membros da Comissão Organizadora Provisória, no decurso de uma reunião realizada nas instalações dos

Bancários. Recordamos que a eleição da Comissão Organizadora se efectuou na Reunião Geral de Sindicatos do sábado passado, à qual faltaram todos os sindicatos da linha da «Carta Aberta».

Um dirigente Sindical dos Bancários afirmou-nos, esta manhã, que «é uma posição de princípio, uma vez que os princípios fundamentais que defendemos foram desprezados». Concretizando: «A questão da paridade era fundamental. E, com a sua recusa, não estão reunidas

as condições para um Congresso Democrático. Não transigimos, e, uma vez que isto foi recusado, nós também recusamos fazer parte dessa Comissão».

Perguntámos: A eleição de Sindicatos da «Carta Aberta» e de outros com posições de contestação à actual linha do Secretariado da Inter, para a Comissão Organizadora, não será, no entanto, uma garantia de democracia?

«A esmagadora maioria dos sindicatos eleitos para a Comissão Organizadora são afectos à linha da Inter», respondeu, «e só três ou quatro, no conjunto, é que a contestam. Não há garantia, portanto, de que as restantes correntes, não sejam cilindradas por essa posição hegemónica. E não há intenção do Secretariado da Intersindical em modificar este estado de coisas».

A terminar, este dirigente sindical anunciou-nos que a Comissão de Redacção da Carta Aberta se reunirá, brevemente, para analisar o problema, após o que será divulgada a sua posição.

SINDICATOS DAS ILHAS ESTARÃO NO CONGRESSO

Os Sindicatos representativos das Ilhas — que também faltaram à Reunião Geral de Sindicatos — estarão presentes no próximo Congresso Sindical, segundo se depreende das palavras de um dirigente das Bordadeiras do Funchal, citadas pelo nosso colega «O Século».

Segundo a mesma fonte, a ausência ficou a dever-se à urgência requerida por problemas locais. Concretamente, quanto à posição do Sindicato das Bordadeiras da Madeira relativamente ao actual Secretariado da Inter-

sindical Nacional, foi afirmado: «Somos contra a actualização do Secretariado. E ele deve ser eleito num congresso unitário, que represente os interesses dos trabalhadores».

CONTRA A UNICIDADE SINDICAL

Entretanto, o P. P. D., que promoveu, no passado dia 4, um «Encontro Nacional de Trabalhadores Sociais-Democratas», no qual se analisou, entre outros problemas, a «definição e organização sindical do país e o Congresso dos Sindicatos», divulgou um «Manifesto aos trabalhadores Portugueses» em que se começa por afirmar:

«A chamada lei da unicidade sindical foi a geradora da maior desunião que se verificou entre os trabalhadores deste País, tendo sido a Intersindical o seu órgão manipulador e executivo, na medida em que tem servido como autêntica corrente de transmissão partidária.»

No documento diz-se mais à frente:

§O pluralismo sindical por um lado, divide e enfraquece os trabalhadores e, por outro, a unicidade sindical (unidade imposta pela lei) os amarra a paternalismos dirigistas de cúpula que se prestam a todos os golpes e manipulações.»

Citando, noutra passagem o artigo 57.º da Constituição (sobre a liberdade sindical), o Manifesto dos trabalhadores do P. P. D. propõe:

«1.º Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectivos especialmente no

que respeita ao sindicalismo reformista (social-democrático), por forma a que estes possam optar conscientemente por aquela que entendem melhor defender os seus direitos e interesses.

2.º Amplo debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social a começar pela TV, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho (unidade sindical, desemprego, segurança social, controlo e participação na gestão protecção à juventude trabalhadora, e aos trabalhadores estudan-

tes, etc.), após o que se gere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente (inquérito universal e secreto) um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

3.º Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»

J. Novo 8/9/76

Unidade é ainda tema

Em Conferência de Imprensa ontem realizada na sede da Intersindical, a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos divulgou o seu manifesto, e expôs algumas questões relacionadas com o referido Congresso que, como se sabe, vem sendo objecto de acesa controvérsia entre os que perfilham a orientação do Secretariado da Intersindical e os que se lhe opõem. Na Conferência de Imprensa de ontem, a Inter insistiu no «espírito aberto e amplamente unitário» dos sindicatos que estiveram presentes

na última Reunião Geral daquele organismo, que teve lugar no passado fim de semana em Lisboa.

O dirigente do Sindicato dos Têxteis, Manuel Lopes, declarou aos jornalistas presentes que «os mais elementares direitos da democracia proletária deverão ser respeitados, não apenas a nível do Congresso em si, a nível destes sindicatos, das reuniões preparatórias que se possam vir a fazer até ao Congresso, mas também das debates da base ao topo, nas fábricas, nas herdades, nas assembleias gerais de trabalhadores». Ma-

nuel Lopes, cujas posições se aproximam das vulgarmente definidas pelo MES, e da FUT-Base, pertence ao Secretariado da Inter e, recentemente, com um dirigente sindicalista socialista, Kalidás Barreto, subscreveu uma «carta aos trabalhadores portugueses», apelando à unidade do movimento sindical. Segundo alguns participantes do último plenário intersindicalista, Manuel Lopes distinguiu-se no decorrer dos trabalhos por novo e vibrante apelo à unidade, em comovida alocação aos sindicatos presentes.

Todavia, e segundo as mesmas fontes, outros sindicalistas ligados à indústria têxtil poderão não ter a mesma opinião sobre a tal «democracia proletária», pelo menos nos termos em que ela se revelou no plenário da INter. Com efeito, um dos delegados presentes, Venâncio de seu nome, manifestou aí a sua surpresa pelo facto da proposta por ele assinada para constituição da CNOP do Congresso, não conter os «considerados» lidos pela mesa da Reunião Geral.

SALÁRIO MÉDIO NACIONAL 6300\$00 POR MÊS

Capital - 8/9/76

O salário médio nacional em meados de 1976 foi calculado em 6300\$00 pelo Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros do Banco Português do Atlântico. O cálculo refere-se ao salário líquido, portanto antes de deduzidas as importâncias dos impostos e das contribuições para a Previdência. No conjunto nacional, também segundo a mesma fonte, o salário médio nacional de 6300\$00 sobe para 6800\$00 quando se consideram os homens isoladamente, e desce para 4900\$00 quando se refere à recuperação média das mulheres.

A mais elevada remuneração mensal consentida no País é, como se sabe, de 49 000\$00, enquanto o salário mínimo está fixado ao nível dos 4000\$00. No entanto, este salário mínimo não abrange as empresas com menos de dez trabalhadores, as empregadas domésticas, os rurais, os pescadores, os menores de 20 anos e outros trabalhadores, num total superior a um milhão.

De qualquer maneira, o leque salarial nacional é hoje muito mais apertado do que antes do 25 de Abril. Sem nos referirmos a salários mínimos, que nos levariam, ainda assim, a verificar a existência de salários da ordem dos 2000\$00, portanto 24 vezes mais baixos do que o máximo nacional, chamaremos no entanto a atenção para o facto de o salário médio nacional ser sete vezes e meia inferior ao salário máximo.

Salário médio das mulheres corresponde a um décimo do máximo

Acresce que o salário médio das mulheres corresponde precisamente a um décimo do salário máximo.

As remunerações médias calculadas pelo G. E. E. F. foram as seguintes: pessoal dirigente, segundo a 0,7 por cento da mão-de-obra nacional, 20 500\$00; pessoal técnico, 2,7 por cento da mão-de-

-obra, 14 900\$00; pessoal administrativo, 10,8 por cento da mão-de-obra, 10 800\$00; pessoal comercial, 6 por cento da mão-de-obra, 7500\$00; pessoal de produção, 53,7 por cento da mão-de-obra, 6200\$00; pessoal não qualificado, 18,6 por cento da mão-de-obra, 4800\$00; praticantes, 2,8 por cento da mão-de-obra, 4100\$00; aprendizes, 4,7 por cento da mão-de-obra, 3000\$00.

No estudo elaborado pelos técnicos do G. E. E. F. demonstra-se que os impostos reduzem consideravelmente o leque salarial dos salários líquidos. A título de exemplo apresentam os casos de duas pessoas, uma com o salário máximo de 49 contos e a outra com o salário médio nacional de 6,33 contos, ambas sem família a cargo. Os salários líquidos passam respectivamente a cerca de 33 contos e 5,6 contos, um pouco mais ou menos em função de outros descontos e deduções à matéria colectável. Isto corresponde a tributações globais de 33 e 11 por cento, respectivamente.

Ao estudo do G. E. E. F. escaparam as profissões livres, mas não deixa de se referir que em 1974, segundo o Instituto Nacional de Estatística, havia perto de 23 mil contribuintes do imposto profissional a trabalhar por conta pró-

pria e com rendimento do trabalho de cerca de 12,5 contos mensais em média (com 14 meses no ano). Comentário do G. E. E. F.: «a evasão fiscal está implícita neste rendimento médio.»

Depois de acentuar que perto de 54 por cento dos empregados do País trabalham na produção e recebem, em média, salários de 6200\$00 mensais, o G. E. E. F. chama a atenção para o facto de esta média ocultar, por sua vez, salários mais altos e mais baixos (há, em cada nível funcional, um subleque salarial). E se discriminássemos mais — acrescenta — outros salários médios surgiriam, cada um com o seu subleque, como por exemplo: 8,9 contos para os encarregados e mestres; 7,7 para os chefes de equipa; 8,0 para os «altamente qualificados», 6,1 para os «qualificados» e 5,2 para os «semiqualficados».

No topo encontram-se os dirigentes correspondendo a menos de 1 por cento dos empregados e auferindo um salário médio de 20,5 contos (provavelmente com o mais amplo subleque salarial). Logo a seguir, os técnicos com a média de 14,9 contos, a qual poderia ser desdobrada em 18,5 contos para os técnicos «superiores» e 12,6 contos para os técnicos «médios».

OPINIÃO
DA «ORGANIZADORA»
DO CONGRESSO SINDICAL

CRONICA
8/9/36

SINDICALISMO PORTUGUÊS EM PERIGO DE ROTURA

DIVERGÊNCIAS
AMEAÇAM
«ROTURA»
NO
MOVIMENTO
OPERÁRIO

BANCÁRIOS
E ESCRITÓRIOS
DE LISBOA
RECUSAM
A SUA
INTEGRAÇÃO

Página 10

«Aceitar as decisões dos trabalhadores, sejam elas quais forem», constitui uma das disposições de todos os membros da Comissão Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos eleita — recordamos — durante o último fim-de-semana, no Instituto Superior Técnico, durante uma reunião que congregou instituições sindicais de todo o País, perfazendo um total de 170.

Esta posição, a par de outras, foi revelada por alguns dos elementos da referida Comissão, no decorrer de uma conferência de imprensa, realizada ontem na sede da Intersindical.

A iniciar, José Judas, do Secretariado Nacional da Central Sindical, fez o balanço das actividades e resoluções tomadas no Instituto Superior Técnico, acrescentando ter sido, desde sempre, a maior das reuniões no domínio dos sindicatos, efectuada no nosso País.

Alguns dos pontos controversos, como o da «paridade», foram, igualmente, analisados. Recorde-se, a este propósito, que os sindicatos subscritores da denominada «Carta Aberta», defendem que a constituição da comissão organizadora deve ser integrada por igual número de representantes sindicais, estes — sublinhe-se — divergentes da linha orientadora do Secretariado da «Inter». Sobre o assunto, os conferencistas foram unânimes, ao reconhecer que aquele critério deve ser desprezado, em virtude da deliberação dos 170 sindicatos neste sentido. Foi condenada a estratégia definida por alguns dirigentes que, no momento actual, pretendem arvorar-se em líderes, procurando apoio de direcções sindicais não afectas à linha do actual Secretariado.

A corroborar esta posição, falou um representante dos Gráficos do Porto, que discordou da política de «blocos» a esboçar-se no seio do movimento operário que — segundo José Judas — pode conduzir à «rotura» entre os vários organismos representativos dos interesses dos trabalhadores.

Aquele sindicalista norte-nho considerou tal actuação como um «abuso», fazendo questão em sublinhar a sua posição (que é a do seu Sindicato) de não fillado na Inter. Bateu-se, a seguir, pela «necessidade da reestruturação da Central Sindical, acrescentando que pretender o contrário será desprezar «os esforços desenvolvidos pelos trabalhadores portugueses, no tempo do fascismo, para criarem a sua estrutura sindical».

Apontando o exemplo do Sindicato dos Electricistas do Norte, apelou a que os sindicatos da «Carta Aberta» eleitos para integrarem a Comissão Organizadora Provisória, aceitem participar nos trabalhos preparatórios do Congresso.

Manuel Lopes, dirigente dos Têxteis do Sul, por seu turno, acentuou que se está a atravessar um «período grave», porque se pode originar o «desmembramento do movimento sindical».

CONTACTOS COM SINDICATOS DA «CARTA ABERTA»

Outra das informações prestadas foi a de que a «Organizadora Provisória» dispõe de cinco semanas, mais ou menos, para, através de comissões dinamizadoras distritais, constituídas por todos os sindicatos da região, serem discutidos, com os trabalhadores, nos vários postos de trabalho, os seus problemas, bem como apresentar as suas propostas.

Assim, e numa primeira abordagem, foram contactadas as direcções sindicais dos Bancários e Escritórios de Lisboa. Sobre estas conversações, um dos conferencistas frisou que, «a priori» não foi dada uma resposta negativa à sua participação na «Organizadora Provisória». Tão só anteontem, foi afirmado pelos presentes nas instalações que, na altura, não estavam preparados para deliberar sobre o assunto.

Igualmente, foram estabelecidas consultas prévias sobre os mesmos problemas aos sindicatos dos Metalúrgicos de Aveiro e Rodoviários do Porto. Aguarda-se, no entanto, uma resposta definitiva, enquanto, para já, se preparam idênticas diligências junto dos sindicatos do Comércio de Lisboa e Escritórios do Porto.

Paralelamente, e neste lapso de cinco semanas, visa-se, quanto antes, pôr prontos os estatutos que regerão os trabalhos do Congresso, aberto a todos os sindicatos a quem será conferido o direito de, nas várias sessões, apresentarem as suas sugestões, discussões e propostas, seja qual for a sua linha.

José Judas, a concluir a longa conferência, alertou para o perigo de «manobras dilatórias» que se delinham no sentido de adiar a realização da «Cimeira» sindical, norteada pelo lema da necessidade de reestruturação da «Inter» e da unidade sindical, segundo se lê num manifesto, distribuído na altura.

Presidiu à conferência José Judas, do Secretariado da

Intersindical, ladeado por representantes dos sindicatos do Comércio de Coimbra, Metalúrgicos, Construção Civil de Lisboa; Vestuários e Tipógrafos do Porto; Electricistas do Norte; Oficiais da Marinha; Têxteis do Sul e Rodoviários de Setúbal — todos membros da Comissão Organizadora Provisória.

BANCÁRIOS E ESCRITÓRIOS DE LISBOA RECUSAM PARTICIPAR NA «ORGANIZAÇÃO»

Antes da conferência de Imprensa, corria, com insistência, o rumor de que os sindicatos dos Escritórios de Lisboa e dos Bancários do Sul e Ilhas, subscritores da «Carta Aberta», tinham rejeitado a participação na Organizadora Provisória do Congresso.

Efectivamente, a direcção dos Bancários esteve reunida desde a parte da manhã, até

ao fim da tarde, para «formalizar» a posição acerca do assunto.

«O Comércio do Porto» contactou Vitor Gonçalves, presidente da direcção dos Bancários de, sobre o assunto, se limitou a confirmar declarações prestadas a um vespertino lisboeta. Adiantava que este Sindicato, bem como o dos Escritórios, ausentes à reunião do IST, recusavam participar na «Organização».

A propósito, o nosso colega lisboeta, transcrevendo declarações dum dirigente dos Bancários, tornava clara a posição definitiva.

«É uma posição de princípio, uma vez que os princípios fundamentais que defendemos foram desprezados». Concretizando: «A questão da paridade era fundamental. E com a sua recusa não estão reunidas as condições para um Congresso democrático. Não transigimos e, uma vez que isto foi recusado, nós também recusa-

mos fazer parte dessa Comissão».

A concluir:

«A esmagadora maioria dos sindicatos eleitos para a Comissão Organizadora são afectos à linha da Inter», respondeu. «e só três ou quatro no conjunto é que a contestam. Não há garantia, portanto, de que as restantes correntes não sejam cilindradas por essa posição homogénea. E não há intenção do Secretariado da Intersindical em modificar este estado de coisas».

Posteriormente, contactamos a direcção dos Escritórios que, ao princípio da noite, também se encontrava a discutir o problema.

Um dos elementos dos corpos gerentes, Orlando Jorge, foi claro, ao afirmar-nos: «Oficialmente não há nenhuma posição. No entanto, não podemos tomar uma posição contrária à linha que temos vindo a defender». A razão: «A antidemocraticidade que

essa Comissão traduz, ao não aceitar a paridade».

SINDICATOS INSULARES — POSIÇÃO DÚBIA

Contrariamente, os sindicatos das Ilhas, ausentes na reunião do IST, comparecerão no próximo Congresso, segundo foi revelado por um matutino lisboeta, ao interpretar as declarações prestadas por um dirigente das Bordaieiras Madeirenses.

Segundo a mesma fonte, a não comparência no «Técnico» deve-se ao facto de, na altura, terem surgido problemas locais inadiáveis.

No entanto, a posição das Bordaieiras sobre o Secretariado da Intersindical foi exposta nestes termos: «Somos contra a actuação do Secretariado. Ele deve ser eleito num Congresso unitário, que represente os interesses dos trabalhadores».

ESCRITÓRIOS DO PORTO RECUSAM PARTICIPAR NA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO CONVOCADO PELA INTER

C. Porto 819/96

ENTREVISTA CONDUZIDA POR RAUL DE ALMEIDA (TEXTO) RICARDO PEREIRA (FOTOS)

Na C.N.O.C. — Comissão Nacional Organizadora do Congresso, que a Intersindical Nacional pretende levar a efeito, ainda no decorrer do corrente ano, está incluído um dos maiores sindicatos nacionais, com 30 000 associados — Sindicato dos Escritórios do Porto. Tal eleição, efectuada no último sábado, em Lisboa, na R. G. S. — Reunião Geral do Sindicatos, surpreendeu, dado que aquele sindicato é um dos subscritores mais destacados da chamada «Carta Aberta», linha sindical que se bate pela unidade, contra a unicidade da Intersindical.

Por outro lado, sabedores de que o Sindicato dos Escritórios do Porto não aceitava o cargo para que acabava de ser eleito em Lisboa, entendemos oportuno ouvir o seu presidente da direcção, Serafim Olinda Ramos Bastos, com quem travamos o seguinte jogo de perguntas e respostas:

— O Sindicato dos Escritórios do Porto esteve presente na R. G. S. realizada em Lisboa, sob a égide da Intersindical, em 4 de Setembro?

O Sindicato dos Escritórios do Porto faz parte da comissão de redacção da Carta Aberta. Fiel às resoluções tomadas em Coimbra, o nosso sindicato não participou nas reuniões distritais realizadas pela Inter de 30 de Agosto a 2 de Setembro, nem na reunião geral, realizada em Lisboa em 4 de Setembro, dado a Inter não ter cumprido a condição prévia de um amplo debate nos órgãos de informação, nomeadamente TV, para completo esclarecimento dos trabalhadores das questões que se levantam actualmente no Movimento Sindical Português, explicando as razões porque a Carta Aberta pretendia determinado tipo de «Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade», com representatividade das várias correntes com expressão sindical, sem a hegemonia de nenhuma delas.

— Nesse caso, qual a posição do seu sindicato, em face da eleição para a comissão nacional organizadora do congresso nacional dos sindicatos, sob a égide da Intersindical?

Estranhámos que a Intersindical tivesse feito «eager» o Sindicato dos Escritórios do Porto para a comissão organizadora, na medida em que, sabendo da nossa ausência, também sabia que tanto significava o repúdio de todas as resoluções lá tomadas. Nesse repúdio, obviamente, inclui-se a não aceitação do cargo para que fomos eleitos.

— Como entende a posição tomada pela Inter de querer um debate público das questões sindicais, mas limitado nos seus objectivos e nos órgãos de informação a vincular esse debate?

O amplo debate público da questão sindical, note bem, foi uma condição prévia posta, em primeira mão, pela Carta Aberta. Aceitamos e pedimos esse amplo debate comum e simultâneo em todas as fases — organização e realização. Quando a condições só aceitamos aquelas que a própria democracia impõe a todo o cidadão e, portanto, igualmente à Imprensa. Quanto a jornais reaccionários, não queremos fazer essa censura, a qual muito melhor está a ser feita, e mais será no futuro, pelos próprios trabalhadores que deixaram de os comprar.

A QUESTÃO DA PARIDADE

— Qual a razão da rutura das conversações entre «Carta Aberta» e Intersindical, no que respeita à organização do congresso dos sindicatos?

Anteriormente a Intersindical dizia não perceber o que dizíamos ser paridade. Quando explicitamente dissemos que paridade seria igual participação de sindicatos afectos à Inter e à Carta Aberta, o secretariado passou a perceber e a repudiar a paridade.

— Em termos muito genéricos, como funcionaria o congresso sindical preconizado pela «Carta Aberta» e como pensavam garantir completa liberdade?

Esse funcionamento assentava no princípio de decisões só executáveis após uma votação favorável de 75% dos sindicatos votantes integrados na Comissão Nacional Organizadora, com um voto por sindicato.

— Liberdade idêntica será



«O amplo debate público foi uma condição prévia posta, em primeira mão, pela «Carta Aberta»

possível no congresso preconizado pela Intersindical?

Com a comissão eleita em Lisboa no último sábado, o Secretariado da Intersindical dominaria o congresso, mesmo com votações sob o princípio dos 75%, pelo que, na realidade passará a tratar-se do «II Congresso da Intersindical», e não o «Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade», como pensamos ser a real vontade dos trabalhadores portugueses em geral, e dos inscritos no nosso sindicato, em particular.

AGUDIZAR A CISÃO DOS TRABALHADORES

— Que futuro imediato prevê, nesses termos, para o congresso convocado pela Intersindical?

A realizar-se aquilo que se chamará, com justiça, o «II Congresso da Intersindical» agudiza-se a cisão de todos os trabalhadores, de facto, já existente. Tal congresso, assim, em vez de unir, como necessário, é um factor importante de desunião.

APELO À UNIDADE CONTRA A UNICIDADE

— Já ficou assente que o congresso convocado pela Inter não servirá os interesses de todos os trabalhadores. Sendo assim, qual a acção futura que a «Carta Aberta» preconiza com vista à reunificação do Movimento Sindical Português?

Os sindicatos subscritores e os aderentes da Carta Aberta, bem como os contestatários da linha da Intersindical, vão reunir em Coimbra, como do antecedente já estava marcado, em 13 e 14 de Setembro. Nessa reunião será feito o ponto da situação e serão estudadas as medidas a tomar. Nestes termos, o Sindicato dos Escritórios do Porto faz um apelo a todos os sindicatos do distrito do Porto, e não só, para não deixarem de comparecer à reunião de Coimbra, dada a relevância dos temas a tratar.

Entendemos pertinente esta entrevista, na medida em que um sindicato com nada menos

de 30 000 associados tomou a iniciativa de recusar o que poderia ser uma honrosa eleição para um cargo organizativo de um congresso de todos os sindicatos portugueses.

Pelas declarações do nosso entrevistado, porém, ressalta mais claramente um facto que já era evidente: que o Movimento Sindical Português atravessa uma encruzilhada e que a massa de trabalhadores e seus representantes legais que contesta a Intersindical Nacional se radicaliza, tornando insofismável que as posições são cada vez menos conciliáveis.

Assim, a reunião de Coimbra de 13 e 14 do corrente, dos sindicatos aderentes à «Carta Aberta» toma um aspecto relevante que não será de mais vincar. Conseguirão os sindicalistas subscritores, aderentes e contestatários da Intersindical realizar os seus intentos, isto é, realizar um congresso sindical verdadeiramente nacional? E conseguirão, igualmente, evitar uma segunda central sindical?



SERAFIM BASTOS: «Repúdio de todas as decisões pró-congresso da Inter»

19/9/76

Congresso dos Sindicatos: — BANCÁRIOS E TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO RECUSAM-SE A PARTICIPAR NA COMISSÃO ORGANIZADORA PROVISÓRIA

As direcções de dois sindicatos do Sul, que tinham sido eleitos para participar na comissão organizadora provisória do Congresso dos Sindicatos, recusaram-se a fazer parte da referida comissão.

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa, subscritores da «Carta Aberta», anunciaram a sua decisão aos restantes membros da comissão organizadora provisória eleita, recordamos, na reunião geral de sindicatos efectuada no passado sábado, no I. S. T.

Segundo declarações de um dirigente do Sindicato dos Bancários a um vespertino lisboeta, trata-se «de uma posição de princípio, uma vez que os princípios fundamentais que defendemos foram desprezados». E aquele dirigente prosseguiu: «A questão da paridade era fundamental. E, com a sua recusa, não estão reunidas as condições para um congresso democrático. Não transigimos, e, uma vez que isto foi recusado, nós também recusamos fazer parte dessa comissão».

Adiantou, ainda, que a comissão de redacção da «Carta Aberta» se reunirá, brevemente para analisar o problema, após o que será divulgada a sua posição.

● COMISSÃO ORGANIZADORA DEFINE PRINCÍPIOS

«A unidade do Movimento Sindical foi forjada contra o fascismo, foi reforçada na luta contra o poder dos monopólios e dos latifundiários. É uma herança do passado, é uma esperança no futuro sem exploração, por que lutamos» — exprime-se no manifesto distribuído pela Comissão Nacional Organizadora Provisória para o Congresso dos Sindicatos, durante a conferência de Imprensa que aquela comissão deu, hoje, na sede da Intersindical.

Esta comissão foi eleita na reunião geral dos sindicatos, realizada no dia 4 de Setembro e, de acordo com a decisão aí tomada, terá a missão de incentivar o debate no seio dos trabalhadores e da estruturação sindical existente sobre todas as questões relacionadas com a preparação do Congresso. Por outro lado, deverá também impulsionar a criação de comissões distritais para a dinamização do congresso para que a sua preparação seja feita em todo o

país, sendo posto à discussão dos trabalhadores o projecto de regulamento do Congresso.

No manifesto distribuído é ainda afirmado que «apesar de algumas direcções sindicais que contestam a forma de organização do Congresso não terem estado presentes, a reunião geral de sindicatos elegeu-as para fazer parte da Comissão Nacional Organizadora Provisória, o que demonstra o espírito aberto e amplamente unitário dos sindicatos presentes, que esperam que essas direcções venham a contribuir activamente dentro da estrutura sindical para a preparação do Congresso».

Foi salientado na conferência de Imprensa que esta comissão provisória não surge para decidir seja o que for em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para criar as condições para que todos os trabalhadores e todos os sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical.

Entretanto, há já três projectos de regulamento apresentados pelos Rodoviários de Setúbal, Têxteis de Lisboa e Secretariado da Intersindical os quais serão postos à discussão, durante cinco semanas. O que não for possível fundir será discutido em alternativa pelos sindicatos que, entretanto, têm oito dias — a contar de segunda-feira passada — para apresentar projectos. — (ANOP).

Intersindical promete democraticidade total

Debates

da base ao topo

No Congresso — afirmou Manuel Lopes do Sindicato dos Textéis e Lanifícios do Sul — estarão presentes todos os sindicatos filiados à não na Intersindical que em pé de igualdade poderão propor, discutir e votar. Objectivo que foi votado e aprovado por unanimidade e aclamação. Uma segunda conclusão é que a Intersindical Nacional — central sindical única dos trabalhadores portugueses — constituída durante o fascismo e contra o fascismo é obra dos trabalhadores portugueses que ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência, nem tão-pouco criar aquilo que já existe. Num último ponto, o Congresso deve servir para reestruturar a central sindical única dos trabalhadores portugueses, aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide como instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses.

Manuel Lopes prosseguiu: «Mas graças algumas divergências, todos acordamos em que o Congresso teria de ser de todos os Sindicatos filiados ou não na Intersindical. Um outro objectivo é de que o Congresso sirva decisivamente para a unidade dos trabalhadores. Outra questão que se tem levantado, sobre a qual existe polémica, é a de que o Congresso é para a reestruturação da Central Sindical Única ou, simplesmente, para a sua construção. Os sindicatos presentes entendem, sem prejuízo das discussões e decisões, que os trabalhadores venham a efectuar durante o tempo da preparação do Congresso, que a solução deve ser a reestruturação da Central Sindical Única. Os mais elementares direitos da democracia proletária deverão ser respeitados, não apenas a nível do Congresso em si, a nível destes sindicatos, das reuniões preparatórias que se possam vir a fazer até ao Congresso, mas, fazer debates da base ao

topo, nas fábricas, nas herdades, nas assembleias gerais de trabalhadores.»

Durante a referida conferência de imprensa foram abordados outros assuntos. Foi frisado, mais de uma vez, a inteira democraticidade com que as decisões serão tomadas no Congresso e a paridade das representações, cabendo ao secretariado da Intersindical, apenas um voto, como qualquer sindicato membro da Comissão Nacional Organizadora do Congresso.

De salientar que a presença da Imprensa no Congresso não deve ser impeditiva da sua realização. Apenas se exclui a presença de qualquer órgão de informação nos trabalhos preparatórios e se aceita a sua presença no decorrer do Congresso, exclusão feita, apenas, aos claramente reaccionários (definição essa que cabe à CNOC e à sua rectificação na Reunião Geral de Sindicatos, sem prejuízo de se criar uma subcomissão para a Imprensa.

Existem em Portugal cerca de 342 sindicatos, sendo 190 filiados na Intersindical Nacional. O Movimento Sindical procura encontrar uma plataforma comum que una os trabalhadores portugueses, uma vez que dentro do movimento coexistem várias linhas, várias opções diferentes de encarar o que ao trabalhador lhe deve ser mais querido: a sua unidade.

Numa conferência de imprensa realizada ontem na sede da Intersindical, a Comissão Nacional Organizadora Provisória, eleita no passado sábado, numa reunião de sindicatos composta por: Secretariado da Intersindical, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, Bancários do Sul e Ilhas, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Comércio Civil de Lisboa, Comércio Civil de Setúbal, Trabalhadores do Comércio de Coimbra, Electricistas do Norte, Trabalhadores de Escritórios de Lisboa, Trabalhadores de Escritórios do Porto, Ferroviários do Sul, Lanifícios de Leiria e Coimbra, Metalúrgicos de Aveiro, Gráficos do Porto, Metalúrgicos de Lisboa, Metalúrgicos de Setúbal, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, Pescadores de Peniche, Rodoviários de Lisboa, Rodoviários do Porto, Rodoviários de Setúbal, Textéis do Porto, Textéis e Lanifícios do Sul, Vestuários do Porto e Sindicato dos Vidreiros, prestou contas da reunião efectuada no dia 4, com a presença de delegações de 170 sindicatos, filiados ou não na Central Sindical. Nesta reunião foi aprovado que não se pode protelar por mais tempo o andamento de organização do Congresso, fixaram-se os critérios de representação geográfica sectorial, analisou-se a existência de sindicatos filiados na Intersindical e de outros que ainda não estão integrados na Central Sindical Única e as diferentes correntes de pensamento sindical com efectiva expressão no seio do Movimento Sindical Português.

A Comissão Nacional Organizadora Provisória terá um prazo de cinco semanas de apresentar em nova reunião geral os contactos com todos os sindicatos interessados no Congresso e findo este período, será eleita uma comissão organizadora definitiva que apresentará o regulamento do Congresso.

Para já, os princípios acordados na última reunião geral de sindicatos e que a CNOC procura por em prática são: Congresso de todos os sindicatos portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical Nacional.



Mesa que presidiu à Conferência de Imprensa

Diário
8/9/76

«AS CONQUISTAS ALCANÇADAS NÃO SERIAM POSSÍVEIS SEM A UNIDADE DOS TRABALHADORES»

“Nós consideramos que as divergências que nos separam são menos importantes do que aquilo que nos une. Sem unidade nos nossos locais de trabalho e nos nossos sindicatos não teríamos conseguido muito do que conquistámos e o patronato poderia impor-nos a sua vontade” — afirma a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos, num manifesto aos trabalhadores portugueses, divulgado ontem na sede da Intersindical Nacional, no decorrer de uma conferência de Imprensa. Presentes, para além do Secretariado da central única dos trabalhadores portugueses, representantes dos sindicatos dos Têxteis de Lisboa, do Vestuário do Porto, dos Electricistas do Norte, dos Oficiais e Capitães da Marinha Mercante, da Construção Civil de Lisboa, dos Metalúrgicos de Lisboa, dos Rodoviários do Sul e dos Gráficos do Porto. Todas estas organizações sindicais integram a Comissão Nacional Organizadora do Congresso.

“O Congresso de todos os sindicatos — salienta o documento — vai-nos permitir debater em conjunto os nossos problemas e traçar a orientação para a nossa luta. Por isso, todos estamos interessados na sua realização; por isso os nossos inimigos tentam dificultá-la”.

O manifesto, depois de definir os objectivos pelos quais os trabalhadores, unidos, se deverão bater (“lutar por uma política salarial e de contratação colectiva que melhore o nosso poder de compra”), refere que “a unidade nos locais de trabalho só pode ser defendida se também estivermos unidos nos nossos sindicatos. Se houver vários sindicatos da mesma profissão em cada empresa, isto é, se houver pluralismo sindical, os nossos inimigos conseguirão mais facilmente derrotar-nos porque

reforço da unidade dos trabalhadores”. E acrescenta:

“Todas as questões do movimento sindical têm de ser amplamente discutidas na preparação e realização do Congresso, no qual participarão todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical. Temos de garantir a discussão democrática na estrutura sindical para que o Congresso seja obra de todos nós trabalhadores e reflexo da nossa vontade”.

O documento refere, em seguida, a importância de que se revestiu a realização, no passado dia 4, da Reunião Geral de Sindicatos, no Instituto Superior Técnico e salienta que “apesar de algumas direcções sindicais,

que contestam a forma de organização do Congresso, não terem estado presentes, a RGS elegeu-as para fazerem parte da Comissão Nacional Organizadora Provisória, o que demonstra o espírito aberto e amplamente unitário dos sindicatos presentes que esperam que essas direcções venham a contribuir activamente dentro da estrutura sindical para a preparação do Congresso.

As direcções sindicais que estiveram ausentes da RGS do dia 4 e que figuram na Comissão Organizadora, foram, entretanto, contactadas acerca das tarefas que lhes vão ser atribuídas.

“A Comissão Organizadora — acentua ainda o documento — não surge para decidir, seja o que for, em vez dos traba-

lhadores e dos seus sindicatos, mas para criar condições em que todos os trabalhadores e todos os sindicatos possam participar na preparação do Congresso assegurando o reforço da democracia sindical”.

Os dirigentes sindicais salientaram, também, que “a unidade do movimento sindical foi forjada na luta contra o fascismo, foi reforçada na luta contra o poder dos monopólios e dos latifundiários”.

Questões como a recusa do princípio da paridade na RGS do Técnico, a constituição de sindicatos paralelos como manobra divisionista e aspectos fundamentais do Congresso de Todos os Sindicatos, foram referidos pelos elementos da mesa no diálogo que mantiveram com os jornalistas. //

CONGRESSO DOS SINDICATOS MANIFESTO PELA UNIDADE

Diário 8/9/76

“A unidade nos locais de trabalho só pode ser defendida se também estivermos unidos nos nossos sindicatos. Se houver vários sindicatos da mesma profissão em cada empresa, isto é, se houver o pluralismo sindical, os nossos inimigos conseguirão mais facilmente derrotar-nos porque

estamos divididos” — afirma a Comissão Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos, num manifesto dirigido aos trabalhadores portugueses. A sua divulgação foi feita ontem no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada na sede da Intersindical.

No diálogo com os jornalistas, os dirigentes sindicais presentes na conferência de Imprensa salientaram a importância da Reunião Geral de Sindicatos efectuada no passado dia 4, no Instituto Superior Técnico.

“A unidade do movimento sindical foi forjada na luta contra o fascismo, foi reforçada na luta contra o poder dos monopólios e dos latifundiários” — salienta, também, o documento que se destina a promover, entre os trabalhadores, um amplo debate das questões relacionadas com a realização do Congresso de Todos os Sindicatos. (Pág. 7)

DLx 8/9/76

"O que nos une é mais do que aquilo que nos divide"

«As divergências que nos separam são menos importantes do que aquilo que nos une» — afirma-se num manifesto aos trabalhadores portugueses subscrito pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP) do próximo Congresso dos Sindicatos, ontem divulgado.

«Sem unidade nos nossos locais de trabalho e nos nossos sindicatos não teríamos conseguido muito do que conquistámos, e o patronato poderia impor-nos a sua vontade» — acrescenta-se, naquele documento.

Da comissão provisória, eleita na reunião geral de sindicatos do passado sábado, fazem parte 24 sindicatos, além do secretariado da Intersindical, representando diversas correntes de expressão no seio do Movimento Sindical. No entanto, dois deles — Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — recusaram integrar-se nos trabalhos que, fundamentalmente, visam a elaboração do projecto de regulamento do

Congresso, a submeter à aprovação de uma próxima reunião geral de sindicatos, a realizar em Outubro. Estes dois sindicatos, redactores da «Carta Aberta», discordam da composição da comissão organizadora provisória, que entende n deveria ser composta em termos paritários, afirmando-se dispostos a não transigir neste ponto.

A comissão iniciou já os seus trabalhos, sabendo-se que tem entre mãos, neste momento, três projectos de regulamento, apresentados pelos Sindicatos dos Rodoviários de Setúbal, Têxteis de Lisboa, e Secretariado da Intersindical. Os textos serão postos à discussão durante cinco semanas, debatendo-se em alternativa os pontos sobre os quais se não obteve consenso no sentido da sua fusão.

MELHORAR O PODER DE COMPRA

No documento ontem divulgado salienta-se que «O Congresso de todos os sindicatos vai-nos permitir debater em

conjunto os nossos problemas e traçar a orientação para a nossa luta. Por isso, todos estamos interessados na sua realização; por isso os nossos inimigos tentam dificultá-la». E acrescenta-se:

«Todas as questões do movimento sindical têm de ser amplamente discutidas na preparação e realização do Congresso, no qual participarão todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical. Temos de garantir a discussão democrática na estrutura sindical para que o Congresso seja obra de todos nós trabalhadores e reflexo da nossa vontade».

O manifesto aponta como objectivo unitário fundamental dos trabalhadores a luta «por uma política salarial e de contratação colectiva que melhore o nosso poder de compra». Para tal, é necessário a unidade nos locais de trabalho, que «só pode ser defendida se também estivermos unidos nos nossos sindicatos».

Contesta-se, por isso, o pluralismo sindical, visto que, desse modo, «os nossos inimigos

conseguirão mais facilmente derrotar-nos porque estaremos divididos». Assim, «a preparação e realização do Congresso é também luta pelo reforço da unidade dos trabalhadores».

O manifesto deixa claro que «a Comissão Organizadora não surge para decidir, seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos mas para criar condições em que todos os trabalhadores e todos os sindicatos possam participar na preparação do Congresso assegurando o reforço da democracia sindical».

Adianta ainda, no que respeita à sua composição, que, «apesar de algumas direcções sindicais que contestam a forma de organização do Congresso, não terem estado presentes, a Reunião Geral de Sindicatos elegeu-as para fazerem parte da CNOP, o que demonstra o espírito aberto e amplamente unitário dos sindicatos presentes que esperam que essas direcções venham a contribuir activamente dentro da estrutura sindical para a preparação do Congresso».

TRIBUNA LIVRE

ARLINDO OLIVEIRA

DLx 8/9/76

ALERTA, TRABALHADORES

Já lá vão vários meses em que o problema da unidade (unidade na lei) e do pluralismo sindical serviram para que as forças reacçãoárias interessadas, como é lógico, na divisão dos trabalhadores por multi-sindicatos, levantassem uma onda de protestos tudo fazendo para que a unidade dos trabalhadores não ficasse expressa na lei — o que não levaram de vencida.

Mas que as forças reacçãoárias tudo fizessem para criarem divisões nos organismos de classe dos trabalhadores para assim reinarem à vontade, não me surpreendeu de forma alguma, até é natural, surpreendeu-me sim (hoje já não) que forças ditas consequentemente democráticas e ditas também representativas dos trabalhadores alinhassem no mesmo batuque, actuando como autênticos cavalos de Troia no interior dos trabalhadores e escandalosamente em nome da liberdade e do socialismo.

Alguns políticos do nosso país que constantemente apregoam a todos os ventos a liberdade, possuem por vezes um conceito absoluto do seu significado e digo por vezes, porque na verdade nem sempre lhes convém essa concepção optando uma ou outra conforme as conveniências dos seus ideários políticos e nunca em defesa do povo trabalhador. Assim, é sempre em nome das liberdades democráticas de certos grupos que se lança propositadamente a confusão nos trabalhadores, ainda presa dócil mais ou menos dos seus

designios, quando pelo contrário era necessário esclarecimento honesto e objectivo, porque se aos trabalhadores é legítimo produzirem, aos políticos que os dizem representar, legítimo seria definir com clareza, sem ambiguidades e sem jogos metafísicos liberti-

nos o que pretendem na prática com as suas tomadas de posição, que mais parecem servir os interesses do patronato e de uma forma mais ampla os interesses do imperialismo e subimperialismo.

O patronato tem a sua organização de classe que o defende e ninguém o impede de se organizar na legalidade constitucional. Que interfiram aí os políticos adeptos dos pluralismos sindicais, que se entretenham, dividindo a CAP, a CIP, etc., etc., se realmente querem defender os trabalhadores.

Deixem os trabalhadores escolherem em liberdade a forma de se organizarem para se defenderem dos seus inimigos de classe e tenho a certeza que se assim for, escolherão acertada e inteligentemente a via correcta para a sua unidade, decepcionando assim muitos daqueles políticos que nunca souberam o que era trabalhar no duro, sempre na mira de reivindicar mais uns tostões pelo seu trabalho, na esperança ilusória de melhor poderem fazer face ao constante aumento do custo de vida. E isto porque, quer queiram quer não, os políticos, na sua grande maioria, nunca pertenceram à classe explorada deste País, nem hoje nem ontem, podem quando muito ter origem na classe explorada mas se apregoam em nome da liberdade a divisão dos trabalhadores, estão prestando um péssimo contributo à sua libertação, estão traindo os seus pais, os seus antepassados.

É sabido de todos as enormes somas gastas pelo imperialismo na divisão dos sindicatos europeus no pós-guerra, especialmente em Itália e em França, etc., etc., para não fazermos aqui toda a história relacionada com a luta dos trabalhadores europeus. É sabido que tendo sido Portugal um

País dócil em relação aos seus parceiros capitalistas do Ocidente deixou de o ser a certa altura do processo revolucionário (hoje não direi o mesmo), criando-lhes problemas, cujo rastilho poria em perigo a chamada ordem democrática estabelecida europeia.

Aquele pequeno País, que para muitos nem existia, que, colonizando, era e é colonizado pelos seus «amigos» de ontem e de hoje, passou a ser foco de atenções para muitos, uns para apreenderem com o Povo português mais uma forma de luta pela emancipação de um povo e outros, que tendo aprendido noutros países a travarem revoluções patrióticas, a todo o custo lutam para travar a nossa caminhada para o socialismo.

Por tudo isto é preciso que fique bem claro que as pressões políticas exercidas por certos países ao longo do fascismo (já que no plano económico se entendiam) e as pressões políticas e económicas ao longo destes dois anos, nunca tiveram por base a libertação do nosso Povo, mas sim quando muito à integração do nosso país e do nosso Povo na ordem económica, política e social ditada por eles, única solução para não criar muitos problemas ao capitalismo europeu, já decadente — pois se o fascismo lhes era em parte negativo, mais negativo o é o nosso propósito de seguir a via socialista conforme reza a nossa Constituição, muito mais progressista e como tal mais humanista que a dos seus próprios países. A liberdade apregoada por eles é a liberdade para as multinacionais ditarem as condições de exploração (de ajuda?) do nosso Povo. Convém aqui lembrar as condições em que vive quase um milhão de trabalhadores portugueses nos países euro-

peus, fazendo os trabalhos que os de lá não querem fazer, a forma como são explorados, por vezes sem quaisquer direitos e regalias, e isto dentro das mais amplas liberdades da social-democracia. Ironia do destino: eram estes que ainda aguentavam economicamente o fascismo de pé.

Posto isto, lanço um alerta aos trabalhadores de uma forma energética, para que estejam atentos às manobras provocatórias internas e externas que atingem em cheio as suas organizações de classe, em nome das liberdades, como se as liberdades dos exploradores fossem as liberdades dos explorados. Alerta, pois, trabalhadores na unidade, as tuas liberdades não são as mesmas daquelas que vivem das mais-valias produzidas pelo teu trabalho, porque se fossem as mesmas, essas mais-valias pertenciam-te. Assim é necessário combater tudo o que ameaça a unidade sindical, numa central única de trabalhadores eleita por todos democraticamente, porque essa unidade é a verdadeira liberdade dos trabalhadores face aos inimigos de classe que nada fazem, a não ser apoderarem-se da riqueza produzida pelos trabalhadores — a única riqueza existente — o trabalho.

Alguns, os que apregoam a divisão, apoiam-se no artigo 57.º da Constituição, mas cuidado! Esse artigo, embora não consagre a unidade, não nega a possível e necessária unidade dos trabalhadores numa só central única.

Parte de uma comissão provisória falou do «um congresso de sindicatos»

* «A Intersindical não se discute!...»

Convocada pela chamada «Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses», realizou-se ontem, na sede da Intersindical, uma conferência de imprensa.

Foram divulgadas as propostas aprovadas na Reunião Geral de Sindicatos, do passado sábado, e a posição da Comissão perante o diferendo que divide os Sindicatos portugueses.

Presentes à reunião os seguintes sindicatos: Rodoviários de Setúbal; Oficiais da Marinha Mercante; Electricistas do Norte; Vestuários do Porto; Têxteis e Lanifícios do Sul; Metalúrgicos de Lisboa; Metalúrgicos de Setúbal; Construção Civil de Lisboa; Trabalhadores do Comércio de Coimbra; Pescadores de Peniche; Gráficos do Porto; Rodoviários de Lisboa; Construção Civil de Setúbal; Vidreiros; Ferroviários do Sul; Agrícolas de Évora; e o representante da Intersindical, José Judas.

Tendo em consideração a Comissão eleita, faltavam portanto, os sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas; Trabalhadores do Comércio de Lisboa; Escritórios de Lisboa e do Porto; Lanifícios de Leiria e Coimbra; Metalúrgicos de Aveiro; Químicos de Lisboa e Rodoviários do Porto. Isto demonstra que a conferência foi convocada e dominada por parte dos sindicatos eleitos e afectos a uma determinada linha.

Mas, para dissipar as dúvidas, esteve presente na mesa um representante do Sindicato dos Electricistas do Norte que declarou «não estar filiado na Intersindical e não se identifica com nenhum bloco que tenha aparecido com determinada expressão», aproveitando para acrescentar que isto é um exemplo de que a paridade não pode ser aceite, pois nenhuma corrente pode vir a representar os não filiados acabando por considerar a atitude de tais sindicatos, como «um abuso», também cometido, como disse, quando «fazemos esforços para a construção de sindicatos unitários».

A terminar, o representante dos electricistas do Norte, fez um apelo «a todos os que não aderiram, para aderir» e

afirmou que, quem representa, quer a reestruturação da Intersindical, mas quer uma central sindical única.

Aliás, a questão da paridade também foi analisada pelo representante do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante, Ruben Rolo, que afirmou: «A paridade foi reprovada, por incorrecta. Não se pode admitir que uma expressão queira só para si metade da Comissão. O Movimento Sindical tem 342 sindicatos e só 190 estão filiados na Inter, não há, pois, ninguém avaliado para falar em nome dos não filiados. Dos filiados há — é a Intersindical».

Em documento distribuído, a C.N.O.P. do Congresso aprovou que a sua constituição deverá obedecer aos seguintes princípios: «Representar diversificadamente as várias zonas geográficas do Continente e Ilhas; representar os principais sectores de actividade; e representar sindicatos filiados e não filiados de diversas formas de pensamento com real expressão no Movimento Sindical».

O representante do Sindicato dos Lanifícios do Sul falou do controverso problema da «criação de nova central ou reestruturação da actual», contrariando a posição dos bancários e escritórios, pois «nos entendemos que o Congresso deve ser feito para a reestruturação». Acerca da questão da «democraticidade na formação da Intersindical», aquele representante afirmou: «Nasceu na clandestinidade, perseguida pela P.I.D.E. e pelo Governo, e discutir-la será a negação de todo o movimento sindical com os seus defeitos e virtudes». A Intersindical não se discute, pois, aceita-se. Como um dogma...

Outra «batata quente» que, segundo esta «parte da C.N.O.P.», esteve na origem de

divergências e foi o motivo da ausência dos sindicatos que não compareceram na conferência nem na reunião geral de sábado, é o debate público.

No tal «encontro» foram aprovados os princípios sobre aquele debate, a realizar nos órgãos de comunicação social «sobre os problemas relacionados com o Congresso», como «definição prévia dos termos de transcrição ou transmissão nos órgãos de informação», rejeitando «o debate na base de blocos de sindicatos», mas «integrados na estrutura sindical existente» e rejeitando o debate em órgãos de comunicação «declearadamente ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores».

Mesmo com todas estas resoluções, algumas ao livre arbitrio não se sabe de quem, um sindicalista presente afirmou que: «Nunca tinha visto nenhum patrão a debater as suas contradições em público e, os trabalhadores não devem ir mostrar as suas contradições. Mas se os trabalhadores entendem que devem ir «lavar a roupa suja» mostrando as suas divergências aos patrões e aos imperialistas, então está bem».

A uma pergunta sobre a possível recusa dos bancários e escritórios em estar presentes na CNOP, um elemento da Comissão respondeu «não saber de nada» pois «já houve um primeiro contacto com eles e com os metalúrgicos de Aveiro e Rodoviários do Porto e como não tinham naquele momento elementos suficientes para dar uma resposta, que o fariam no próximo contacto».

Durante cinco semanas «os trabalhadores serão esclarecidos através de plenários» organizados pela CNOP, da qual faz parte um representante da Intersindical e para os quais «já foram convidados os sindicatos que faltaram».

«Não damos cobertura às posições do secretariado»

Sociedade 8/9/76

— afirmou um dirigente dos bancários

Como se aguardava, dois sindicatos subscritores da «carta aberta» recusaram participar na Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos para que tinham sido eleitos na reunião convocada pela Intersindical e que se realizou no Instituto Superior Técnico.

As direcções dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e dos Trabalhadores de Escritórios de Lisboa comunicaram já esta decisão aos restantes membros da Comissão, no decurso de uma reunião efectuada nas instalações dos bancários.

«Não damos cobertura às posições do Secretariado e não aceitamos a integração na Comissão Organizadora» — afirmou-nos, ontem à tarde, um dirigente dos bancários, que nos garantiu que este sindicato continuará «a lutar com todos os meios ao seu alcance para esclarecer os trabalhadores sobre o que pensamos quanto à unidade e a forma como a alcançar e ainda as razões por que defendemos o princípio de paridade».

Aliás, este sindicato, através de um seu representante havia declarado ao nosso prezado colega «Diário Popular» que «a questão da paridade era fundamental. E, com a sua recusa, não estão reunidas as condições para um Congresso democrático. Não transigimos e, uma vez que isto foi recusado, nós também recusamos fazer parte dessa Comissão».

Espera-se que brevemente se efectue uma reunião de todos os sindicatos conhecidos por democráticos para deliberarem qual a posição a assumir face à Comissão Organizadora e também quanto ao próximo Congresso.

Devemos salientar, e ainda citando o sindicalista bancário, que «a esmagadora maioria dos sindicatos eleitos para tal Co-

missão são afectos à linha da Inter e só três ou quatro, no conjunto, é que a contestam. Não há garantia, portanto, de que as restantes correntes não sejam eliminadas por essa posição hegemónica. E não é intenção do Secretariado da Intersindical em modificar este estado de coisas».

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO DOS SINDICATOS NEGA A HEGEMONIA DA LINHA DO SECRETARIADO DA INTER

V. Populista
8/9/76
D. Populista

A Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos, reunida com os órgãos da Informação, ontem à tarde nas instalações da Intersindical Nacional, criticou a posição assumida pelos dirigentes dos Bancários do Sul e Ilhas e Escritórios de Lisboa que, nomeados por 170 Sindicatos (presentes na reunião geral do sábado passado), se recusaram a participar na Comissão.

Recordamos que aquelas direcções sindicais, subscritoras da «Carta Aberta» entenderam que a constituição da Comissão Organizadora permitia a hegemonia da linha do actual Secretariado da Inter.

Rebatendo esta argumentação, afirmou Manuel Lopes, dos Têxteis do Sul:

«A Comissão Organizadora Provisória representa, efectivamente, o reflexo do Movimento Sindical Português, contendo as suas principais correntes. E o Secretariado da Inter,

a partir deste momento, é apenas um dos 26 elementos da Comissão.»

Recordando, a título de exemplo, a posição do seu Sindicato, conhecida como de aberta contestação ao Secretariado da Inter, o que não impediu a participação, prosseguiu Manuel Lopes:

«E se há reajustamentos a fazer, devem vir das bases. Nós sempre dissémos que estamos dispostos, agora e sempre, ao debate. E, nos pontos em que não conseguirmos entendimento, que eles sejam decididos pelos trabalhadores, nas assembleias de fábrica, nas várias reuniões nos locais de trabalho, que se vão realizar brevemente por todo o País.»

Abordando, seguidamente, a questão da «paridade» (de resto, princípio fundamental para os homens da «Carta Aberta»), o representante dos Têxteis criticou, mais uma vez:

«A questão, no Movimento

Sindical, não se põe entre dois blocos. Não podemos, de modo algum, lançar uma discussão em torno de duas entidades paralelas — o Secretariado da Inter, a Comissão de Redacção da «Carta Aberta».

«ATRASAR O CONGRESSO É UMA MANOBRÁ DILATÓRIA»

A crítica à atitude dos Sindicatos da «Carta Aberta» foi, aliás, constante, nas diversas intervenções ocorridas ainda antes de Manuel Lopes ter abordado, directamente, o problema.

Por outro lado, é justo realçar que constante foi também a afirmação de abertura ao diálogo, do interesse de facultar aos defensores da linha da «Carta» o direito permanente de, junto dos trabalhadores, durante as reuniões para discussão, defenderem os seus pontos de vista. E, desde logo, o interesse em levar estes Sindicatos a participarem na Comissão.

O primeiro elemento a usar da palavra foi José Judas, do Secretariado da Inter, que começou por anunciar o objectivo principal da Conferência de Imprensa: descrever o que se passou na reunião geral dos Sindicatos, «a maior já realizada, na qual participaram 170 organizações sindicais».

Este sindicalista, depois de salientar «o espírito de grande unidade» que presidiu à reunião, definiu o Congresso como «tarefa urgente dos trabalhadores portugueses».

A propósito, denunciou: «O atrasar do Congresso é uma manobra dilatatória, para agudizar as divergências existentes, e para facilitar a divulsão do Movimento Sindical. Urge, também, acabar com as especulações.»

Segundo o dirigente da Central Sindical, a preocupação de urgência filia-se, também, nas «tomadas de posição pelo Poder, nomeadamente a discussão da Lei das Associações Sindicais, já anunciada, sem que o Congresso se tenha realizado».

CONGRESSO DOS SINDICATOS: TRAÇAR ORIENTAÇÕES PARA A LUTA

Seguidamente, o representante dos Rodoviários de Setúbal leu o «Manifesto aos Trabalhadores Portugueses», ela-

borado na reunião dos Sindicatos, o qual, implicando um permanente apelo à unidade, reclama a defesa dos interesses de classe e a necessidade de reestruturar a Intersindical Nacional, nega o pluralismo sindical e a divisão, e

justifica a necessidade e urgência em levar o debate dos problemas para o seio dos trabalhadores.

Do importante documento, destacamos as seguintes passagens:

«...Os nossos interesses

são comuns. Temos de lutar por uma política salarial e de contratação colectiva que melhore o nosso poder de compra. Temos de nos unir contra os despedimentos e o desemprego, com que o patronato

(Continua na 11.ª pag.)

CONGRESSO DOS SINDICATOS

D. Populista
8/9/76

(Continuação da 9.ª pag.)

nos ameaça. Temos de lutar contra a recuperação capitalista, que põe em causa as nossas conquistas: nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, etc. Temos de discutir as leis que nos dizem respeito, para que a Constituição seja cumprida. Temos de consolidar a democracia para se avançar na construção do socialismo no nosso país, que ponha fim à exploração e opressão. Temos de nos unir TODOS, para alcançarmos estes objectivos.

O Congresso de todos os Sindicatos portugueses vai-nos permitir debater em conjunto os nossos problemas e traçar a orientação para a nossa luta...»

Noutra passagem:

«Nós consideramos que as divergências que nos separam são menos importantes do que aquilo que nos une. Sem unidade nos nossos locais de trabalho e nos nossos Sindicatos não teríamos conseguido muito do que conquistámos e o patronato podia impor-nos a sua vontade (...). A preparação e realização do Congresso é também a luta pelo reforço da unidade dos trabalhadores.»

E, a terminar, esclarecendo, em síntese, o papel da Comissão Organizadora:

«A Comissão Organizadora Provisória não surge para decidir seja o que for em vez dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, mas para criar as condições para que todos os

trabalhadores e todos os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso assegurando o reforço da democracia sindical.»

TODOS OS SINDICATOS (FILIADOS OU NÃO NA INTER) EM «ABSOLUTO PE DE IGUALDADE»

As restantes intervenções, a cargo de representantes de alguns dos Sindicatos que participam na Comissão Organizadora, e muitos deles não-filiados na Inter, consistiram na divulgação de diversos documentos, aprovados na Reunião Geral dos Sindicatos, a maioria dos quais foi já objecto da notícia que fizémos sobre aquele encontro.

Pela sua importância e pela que significam da orientação que está a ser imprimida à preparação do Congresso, salientamos as seguintes conclusões:

— Sobre a participação e objectivos:

«No Congresso participam todos os Sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical Nacional que em absoluto pé de igualdade poderão discutir, propor e votar.

O Congresso deve servir para reestruturar a Central Única dos trabalhadores portugueses: aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide como instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses.»

— Sobre princípios gerais:

«Sindicatos paralelos — Foi considerado que esta questão não deve ser impeditiva da realização do Congresso. Nesse sentido a resolução da participação desses Sindicatos em litígio nos trabalhos do Congresso deverá ser remetida para a C. N. O. que deverá encontrar com esses Sindicatos a forma de resolver esta questão de modo a que não se reconheça o pluralismo sindical. Recomenda-se à C. N. O. que para definição do Sindicato paralelo tenha em conta as datas da assembleia constituinte do Sindicato, devidamente convocada. A R. G. S. será em última instância quem decidirá a questão.

Presença da Imprensa no Congresso — Foi considerado também que esta questão não deve ser impeditiva da realização do Congresso. Assim, conclui-se:

— Não aceitar a presença de qualquer órgão da Informação nos trabalhos preparatórios do Congresso;

— Aceitar a presença dos órgãos da Informação no decorrer do Congresso, com exclusão dos claramente reaccionários cabendo essa definição à C. N. O. C. e a sua rectificação na R. G. S., sem prejuízo de uma subcomissão para a Imprensa;

(Aprovado com 11 votos contra 25 abstenções).

Voto por Sindicato — Voto por delegado — Que a C. N. O. C. tente encontrar uma solução face aos vários projectos do regulamento que foram remetidos.

Caso não encontre solução levar a questão para discussão dos trabalhadores e à R. G. S.»

MORREU LUÍS FIGUEIROA PRESIDENTE DA CUT CHILENA

Dicário
8/9/72

Luís Figueiroa, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT) faleceu ontem pelas 17 horas. Ex-ministro do Trabalho do Governo de Salvador Allende, Figueiroa foi um dos construtores da Central Única dos trabalhadores chilenos. A sua figura aparentemente austera, que a reacção gostava de atacar, escondia atrás dos grandes bigodes uma sensibilidade conhecida pelos trabalhadores, desde as minas de cobre até às cidades. Lucho — como lhe chamavam carinhosamente — era um deles, que lutava lado a lado não só dos trabalhadores do Chile, mas reconhecidamente ao lado de todos os trabalhadores latino-americanos.

Após o golpe fascista de Pinochet, Figueiroa esteve preso num campo de concentração,

até que foi expulso do seu país. Continuou, do exterior, onde o recebeu e apoiou a solidariedade internacional, a lutar pela reconstrução da central sindical que foi uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores chilenos. E que a reacção sempre quis destruir.

A Intersindical Nacional, num comunicado distribuído ontem, saudou emocionada, em nome de todos os trabalhadores portugueses, “a memória deste grande combatente e amigo dos trabalhadores portugueses”. “Caiu um grande dirigente da CUT, da classe operária chilena e mundial” — diz a Inter. “Os trabalhadores do Mundo inteiro choram um grande dirigente, um valeroso combatente antifascista. Caiu um grande lutador. Mas o combate que Luis Figueiroa travou até à morte continua até à vitória final”.

DIRIGENTES DA CUT CHILENA EM PORTUGAL

Dicário
8/9/72

Chegou ontem a Lisboa, vinda de Paris, uma delegação da Central Única de Trabalhadores (CUT) do Chile que vem participar numa jornada de solidariedade para com a luta do povo chileno, promovida pela Intersindical.

A delegação da CUT, chefiada por Humberto Elgueta e composta por Agustín Muñoz e Benjamin Fredes, foi recebida por Beatriz Santana, do Secretariado da Intersindical e por Augusto Silva e José Manuel Carinhas, ambos da secção Internacional.

Entretanto, o Gabinete de Informação da Intersindical Nacional promove, no próximo dia 10, pelas 17 horas, no Sindicato dos Rodoviários, uma Conferência de Imprensa, com o objectivo de divulgar a luta dos trabalhadores do Chile e as formas de organização do movimento sindical chileno nas duras condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista de Pinochet.

A conferência de Imprensa será precedida pela projecção do filme realizado por Heynowski e Schenmann Peter Helmich, da RDA, intitulado “Eu fui, eu sou, eu serei”.

Jornalistas abandonam reunião do Sindicato

Dlx
8/9/72

Em face do comportamento da Direcção, imbuída, por assim dizer, do espírito do VI Governo Provisório («Este Governo veio para ficar...»), metade dos jornalistas presentes ontem à Assembleia Geral Extraordinária do seu Sindicato abandonaram a reunião após o presidente da mesa, indo atrás da posição dos membros directivos, ter obstado, no decurso do período de informações, a admissão, discussão e votação de moções relativas a alguns dos problemas que, no momento actual, preocupam a classe, como, por exemplo, o encerramento do «Jornal do Comércio» e da revista «Flama», a reestruturação da Imprensa estatizada, as negociações do novo Contrato Colectivo de Trabalho e a participação do Sindicato no Congresso dos Sindicatos sem consulta à classe.

Uma das moções entradas na mesa, e que não chegou a ser discutida pela assembleia, considerava atentatória da classe a participação da Direcção do Sindicato no «encontro de Coimbra», encontro

a que estiveram presentes alguns dos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta», e propunha o reiteramento da desconfiança da classe na Direcção.

Uma outra moção, repudiando as consequências do encerramento do «J.C.» e da revista «Flama» não chegou sequer a dar entrada na mesa, uma vez que o respectivo presidente obsteu que o sócio proponente usasse da palavra, afirmando ter-se esgotado o tempo de período de esclarecimentos.

Entretanto, o presidente da mesa afirmava marcar uma assembleia dentro de 48 horas para que fosse discutida a posição assumida pelo Sindicato face ao anunciado Congresso dos Sindicatos. Uma intervenção de um membro da Direcção tornou a marcação dessa assembleia de forma muito vaga, pelo que metade dos jornalistas, de todas as tendências, abandonaram a sala.

Quem ficou, aprovou o Código Deontológico, sobre o qual oportunamente nos debruçaremos, dentro do espírito do Governo Constitucional.

Encontro social-democrata dirige manifesto aos trabalhadores portugueses

Lula
8/8/76

* P. P. D. demarca-se dos grupos maoistas

Os trabalhadores social-democratas reuniram-se, no passado dia 4 do corrente, num encontro nacional, para fazer uma análise da actual situação do movimento sindical. Segundo o comunicado final, estiveram representados núcleos de empresa e sindicais existentes nos vários distritos do País, que abordaram uma ordem de trabalhos de que constava as relações entre as linhas sindicais, definição e organização sindical do País e o Congresso dos Sindicatos.

O encontro nacional aprovou um manifesto aos trabalhadores portugueses, do qual se destaca a condenação do pluralismo sindical e da unicidade, a defesa da unidade sindical na liberdade, do sindicalismo reformista e do direito de tendência, uma política de alianças baseada nos ideais de liberdade, unidade e independência e um apelo ao debate público dos grandes problemas do mundo do trabalho. Os observadores interpretam a referência ao direito de tendência (considerado «não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato») como uma primeira demarcação do P. P. D. face aos grupos maoistas com quem vem mantendo relações estritas no campo sindical.

Passamos a transcrever na íntegra o manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas:

O PLURALISMO SINDICAL ENFRAQUECE OS TRABALHADORES

«Considerando que:

«— A chamada lei da unicidade sindical foi a geradora da maior desunião que se verificou entre os trabalhadores deste País, tendo sido a Intersindical o seu órgão manipulador e executivo na medida em que tem servido como autêntica correia de transmissão partidária;

«— Considerando que no panorama actual do sindicalismo português se constata existir uma luta entre forças políticas que se propõem por métodos diferentes, só na aparência, dominar as classes trabalhadoras para as explorarem dentro dos seus objectivos político-partidários;

«— o pluralismo sindical, por um lado, divide e enfraquece os trabalhadores, e, por outro lado, a unicidade sindical (unicidade imposta pela lei) os amarra a paternalismos dirigistas de cúpula que se prestam a todos os golpes e manipulações.

«— o art.º 57.º da nossa Constituição estabelece que a liberdade sindical é condição e garantia da construção da unidade sindical dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e interesses;

«— a tradição da social-democracia é de unidade sindical na liberdade, apontando para um sindicalismo livre, forte e unitário, que só assim exprimirá um alto grau de consciência, de coesão e de solidariedade dos trabalhadores;

«— o sindicalismo reformista que perfilhamos se baseia na dignificação humana, valorização e promoção social dos trabalhadores, visando a sua emancipação e unidade, mediante a sua total libertação de todas as alienações, opressões e explorações;

«Exortamos todos os trabalhadores sociais-democratas para que:

«— Com todas as suas forças se mobilizem e intervenham activa e conscientemente no movimento sindical português, neste momento histórico porque passa o debate acerca da sua organização;

«— fiéis aos seus ideais e no reforço da tendência sindical social-democrata a nível nacional, contribuam, por este modo, para a democracia e representatividade interna, na unidade e independência da organização sindical portuguesa, rejeitando sempre formas que levem ao pluralismo sindical;

«— jamais deixem de cor-

responder às suas responsabilidades perante o que se está passando no sindicalismo português, denunciando os graves erros históricos que o ameaçam e que se colocam ao lado de todos aqueles que, mesmo não sendo sociais-democratas, comunguem dos mesmos ideais de liberdade, unidade e independência, para a construção de um País livre e democrático onde se construa a justiça social que evite toda e qualquer exploração, opressão e alienação.

ESCLARECIMENTO COMPLETO

«Propomos a todos os trabalhadores portugueses e às direcções sindicais o seguinte:

«1.º — Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectivos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista (social-democrático), por forma a que estes possam optar conscientemente por aquela que entenderem melhor defender os seus direitos e interesses.

«2.º — Ampla debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, a começar pela TV, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho (unicidade sindical, desemprego, segurança social, controlo e participação na gestão, protecção à juventude trabalhadora e aos trabalhadores estudantes, etc.), após o que se sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente (inquérito universal e secreto) um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

«3.º — Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»